

Responsabilidade Social



PRECEITOS DE LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE SÃO LEGÍTIMOS NO MUNDO ATUAL?

 *Empresa do*
Futuro 

Vivemos em um mundo que evoluiu muito tecnologicamente, mas continua ideologicamente com o pensamento de 300 anos atrás. Basta observarmos a composição do mundo político e desenvolvido atual: países desenvolvidos ao norte e países subdesenvolvidos ao sul. Essa história é antiga e tem mais de 2 mil anos, com povos dominadores e seus escravizados e dominados. Como fugir disso? Como exigir a implantação de políticas públicas num país como nosso, onde a voz das minorias sequer é ouvida por aquela população que poderia ajudar no cumprimento de seus direitos? Até que ponto somos eticamente responsáveis por isso. Para tal, reproduzo aqui o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, a nossa carta magna como nação : *“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”...(1)*. aí nós temos 76 artigos (pasmé), que apresentam os direitos fundamentais de todo brasileiro. Como podemos falar em políticas públicas que garantam direitos de minorias, se a maioria sequer luta pelo cumprimento da Constituição em sua totalidade? No Brasil muitas

leis em diferentes instâncias e momentos são escritas. Somos por natureza um estado direito totalmente latino, fundado nas premissas legislativas do direito romano. Daí eu pergunto: e quem tinha voz em Roma? Não eram as classes privilegiadas? E o momento histórico atual? Te alguma diferença? Creio que é um ponto importante que devemos refletir.

Quanto aos direitos violados das minorias no Brasil, já somos assunto mundial de piada internacional. Veja só as notícias sobre violações de direitos no último mês:

Mulheres que estiveram nas audiências com o juiz Rodrigo de Azevedo Costa comentam a decisão do TJ-SP pelo afastamento (2)
(Sobre um juiz em São Paulo que destratava mulheres dentro do tribunal).

Tragédia: recrutada na escola, uma das preferidas de Klein morreu aos 22 (3). (Sobre uma mulher maltratada e abusada sexualmente pelo empresário Saul Klein)

Organização teme mesmo assassino por trás de mortes de gays em Curitiba (4).
(Violência contra gays na cidade de Curitiba)

Portanto, todos os dias nos deparamos com os direitos das minorias sendo violados em todos os pontos, dos país, seja a violência contra a mulher, violência contra a população LGBTQIA+, racismo contra negros e exclusão social como pratica diária por todo o país. O que podemos dizer do atual caso da Presidente da Magazine Luiza, Luiza Trajano, que precisou escancarar ao mercado e também admitir, que não possuía processos idôneos na sua empresa que permitisse uma mudança dos gestores numa proporção que fosse aceitável. Efetuou um processo seletivo idêneo e muitos candidatos negros e talentosíssimos aparecerem, quebrando aquela prática insistente no mercado de afirmar que não existe mão de obra negra qualificada. A verdade é que existe sim, mas as empresas precisam quebrar as suas mazelas culturais, impressas por seus gestores, em suas políticas de inclusão e responsabilidade social. Em pleno século 21, não dá para mais para brincar de inclusão social, com ações “boas para o mercado ver” no ambiente empresarial.

Ainda quanto à questão da escravidão e do negro, sempre ouvimos a cartilha de que o negro

foi subjugado e escravizado somente pelo branco, certo? A história que nos foi contada não foi bem assim. NORLOCH afirma que *“Por volta de 1830, o escravo José Francisco dos Santos conquistou a liberdade. Depois de anos de trabalho forçado na Bahia, viu-se livre da escravidão, provavelmente comprando sua própria carta de alforria ou ganhando-a de algum amigo rico. Estava enfim livre do sistema que o tirou da África quando jovem, jogou-o num navio imundo e o trouxe amarrado para uma terra estranha. José tinha uma profissão – havia trabalhado cortando e costurando tecidos, o que lhe rendeu o apelido de “Zé Alfaiate”. No entanto, o ex-escravo decidiu dar outro rumo a sua vida: foi operar o mesmo comércio do qual fora vítima. Voltou à África e se tornou traficante de escravos. Casou-se com uma das filhas de Francisco Félix de Souza, o maior vendedor de gente da África atlântica, e passou a mandar ouro, negros e azeite de dendê para vários portos da América e da Europa. Foi o fotógrafo e etnólogo Pierre Verger que encontrou, com um neto de Zé Alfaiate, uma coleção de 112 cartas escritas pelo ex-escravo. (5) Precisamos efetivamente buscar conhecimento sobre o nosso passado, de forma a construirmos o nosso futuro. Como uma nação que pretende ocupar um lugar*

de relevância na economia mundial (já o temos de fato e não de direito, pois a distribuição de riquezas é ainda uma das nossas maiores mazelas sociais).

Dessa forma, afirmo que o problema do Brasil não é a falta de políticas públicas para inclusão das minorias. O grande problema é que nossas leis não são efetivamente cumpridas, começando com a nossa carta magna, que não é sequer compreendida por uma população que sofre ainda de analfabetismo funcional em grande parte da sua população. Precisamos sim, exigir o cumprimento do que já existe e só vamos conseguir isso com a implantação de um sistema público educacional de qualidade, que, ao invés de dividir a todos em pequenos grupos, deveria ter o objetivo centrar de união em torno de direitos constitucionais garantidos.

Como conclusão, deixo uma experiência pessoal que tive no ano de 2013, em visita à cidade de Glasgow na Irlanda. Fui a uma galeria de arte que fazia uma revisita contemporânea no movimento do que foi a Revolução Francesa. Em uma das salas, havia uma bandeira estilizada da França em um quadro, como os seguintes dizeres: Liberdade (para alguns), Igualdade (para

alguns) e Fraternidade (por alguns). Uma forma bem simples de dizer o reflexo atual sobre as minorias no Brasil e como elas se “não se comportam”, justamente por falta de conhecimento.

Nós da Empresa do Futuro vimos afirmar que a exclusão no ambiente de trabalho precisa mudar, mas é uma tarefa árdua na definição de políticas empresariais que não façam distinção de nenhum tipo de pessoa. Tal política deve ser impressa e garantida pelos gestores, senão nunca faremos uma transformação plena e inclusão de minorias nas empresas, tratando isso simplesmente como uma obrigação de instituições públicas e não de instituições privadas.

Flavio Freitas é sócio fundador da Empresa do Futuro.

Bibliografia:

- (1) Constituição Federal do Brasil: Site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (Consulta em 14 de maio de 2021).
- (2) UOL: <https://papodema.uol.com.br/noticias/mulheres-que-estiveram-nas-audiencias-com-o-juiz-rodrigo-de-azevedo-costa-comentam-a-decisao-do-tj-sp-pelo-afastamento.html> (Consulta em 14 de maio de 2021).
- (3) UOL: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/04/30/a-tragedia-de-sabrina-a-preferida-de-saul-klein-foi-recrutada-na-escola.htm> (Consulta em 14 de maio de 2021).
- (4) UOL: - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/09/investigacao-assassinatos-curitiba.htm?cmpid=copiaecola> (Consulta em 14 de maio de 2021)
- (5) Guia politicamente incorreto da história do Brasil (p. 66). NARLOCH, LEANDRO, 2ª. Edição, 2012, Editora: Leya. Edição do Kindle.